

AÇÃO DO REDUTOR SALARIAL



Após 21 anos da malvadeza, fazendários começam a receber valores do Redutor Salarial

Saem primeiros pagamentos



Depois de mais de 20 anos, a justiça começa a pagar valores referentes à ação do Redutor Salarial. Vinte e um colegas, que aderiram ao acordo de redução de 40% no valor do precatório, receberam em junho o pagamento.

Com isso, inicia-se a correção de uma das malvadezas do carlismo contra os fazendários. Foi no primeiro governo de Paulo Souto (DEM), em 1995, que se aplicou o Redutor sobre os salários, passando por cima da lei.

Lamentavelmente, o gestor irresponsável e injusto, não foi punido. Se o Estado está sendo obrigado a ressarcir os fazendários, o autor da ilegalidade continua aí, na vida pública, como se não tivesse cometido o ato agora corrigido pela justiça. **Páginas 4 e 5**

Secretário da Fazenda
recebe Sindsefaz e ouve
pedido de negociação
Página 3

Em entrevista, Claudio
Meirelles fala dos planos
de trabalho do Sindicato
Páginas 6 e 7

Mais...
Cursos – **Pág. 8**
PLP 257 – **Pág. 10**
Conafisco – **Pág. 12**

GOLPE MIDIÁTICO-JURÍDICO-PARLAMENTAR COLOCA BRASIL NO FINAL DA FILA DAS DEMOCRACIAS MUNDIAIS



Golpe contra a democracia fortaleceu os laços de Dilma com as camadas populares

O que se pensava jamais poderia ocorrer novamente no Brasil, aconteceu. Trinta e um anos após o fim da ditadura militar e 27 anos após a primeira eleição direta após a queda dos militares, o país enveredou novamente pela senda escura do golpismo e da quebra das regras democráticas. O impeachment (ainda não consolidado) da presidente Dilma coloca o Brasil no final da fila das democracias mundiais, motivo de chacota internacional.

A presidenta, eleita com 54,5 milhões de votos, foi retirada do Planalto por força de um golpe midiático-jurídico-parlamentar, construído conforme interesses de grandes corporações empresariais e financeiras do Brasil e internacionais, em conluio com veículos de comunicação do país e toda sorte de forças políticas e judiciais sem compromisso com a democracia. Salta aos olhos de quem tem a política como o meio da representação legítima, que o partido derrotado em quatro eleições seguidas, o PSDB (e suas legendas subalternas: DEM e PPS) participe do consórcio golpista que assumiu o poder, como se o eleitor que foi às urnas em outubro de 2014 não tivesse dito não às suas propostas e ideias.

Mas como a democracia foi a última coisa a ser observada por quem tinha sede de ver a eleita fora da cadeira presidencial, estamos vivenciando uma quadra triste da história brasileira, que colocará o país, mais uma vez, no limbo da história mundial. O processo de impedimento contra

Dilma não tem argumento legítimo e aceitável, é conveniente aos interesses de setores que estavam fora da Presidência e dos ministérios do governo e foi construído em um arranjo político sem precedentes, unindo oposição e o principal partido aliado do governo, com o vice-presidente, Michel Temer, usurpador e traidor, comandando a intentona golpista.

Parecia coisa longínqua ao país, mas aconteceu no Brasil. Uma presidente foi afastada sem motivo legal, no seu lugar assumiu o vice-presidente, que montou um governo com parte dos partidos da base e com os partidos de oposição. É uma pantomima típica de republiquetas ou parte de um roteiro de filmes baratos de Hollywood.

Resistência

Aos que defendem a democracia, aos que pensam na construção de um país sério, respeitado internacionalmente, resta a resistência e a denúncia do golpe e de seus objetivos. Desde que Dilma foi afastada, em 12 de maio, diversas mobilizações pelo país têm denunciado o processo de impeachment como quebra da institucionalidade. Representantes do governo golpista vêm sendo criticados e esculachados pelo Brasil e no mundo. Ademais, os objetivos escusos por trás deste golpe midiático-jurídico-parlamentar começam a aparecer com as primeiras notícias sobre mudanças nos direitos trabalhistas, a votação de mudanças na lei do Pré-Sal, a tentativa do governo de quebrar as regras do Mer-

cosul - com seu ministro José Serra tentando sulamericanizar o golpe brasileiro -, além das pressões públicas para que a Operação Lava Jato não continue suas investigações e não cheguem a caciques do governo e da antiga oposição.

Aliás, três ministros do governo indicados em maio caíram por causa da Lava Jato e outros quatro ou cinco têm seus nomes envolvidos com alguma das empresas que têm feito delações premiadas com o Ministério Público. Some-se a isso o imenso poder no governo de Eduardo Cunha, o quase cassado ex-presidente da Câmara, que indicou pessoas de sua confiança para ministro e ocupações importantes na estrutura governamental.

Escancarados os motivos do golpe, cresce a pressão da sociedade pelo restabelecimento das regras democráticas no país. Setores que apoiaram a ideia de impeachment já percebem o que há por trás deste processo. A opinião publicada das quatro famílias que controlam a comunicação no Brasil, querendo impor uma realidade, aliada a políticos com pouco apreço à democracia, pode gerar um quadro de desrespeito às leis, ao resultado eleitoral e às regras estabelecidas no país.

O Sindsefaz se alinha à defesa da democracia, do respeito ao voto e da legitimidade política daqueles a quem o eleitor conferiu o poder. Para a entidade, qualquer impedimento sem justificativa legal, é golpe.

Em audiência, Sindicato reafirma pleitos a secretário Manoel Vitório

A diretoria do Sindsefaz se reuniu com o secretário Manoel Vitório no dia 17 de junho, na primeira reunião com o Gabinete neste ano de 2016. Além de Vitório, esteve presente no encontro o superintendente de Administração Tributária, José Luiz Santos Souza, além do chefe de gabinete, Adriano Chagas, que participou da primeira parte da reunião.

Pelo Sindicato participaram os diretores Cláudio Meirelles, Joaquim Amaral, Reginato Pereira, Edmilson Blohem, Wadja Barboza, Genildo Viana, Marlúcia Paixão, Davi Marcos, Luiz Mendonça, Marilícia de Albuquerque, Ubirajara Lima, Jorge Claudemiro e Carlos Meireles.

Como foi um encontro de retomada de conversas sobre a situação da Secretaria,

o Sindsefaz atualizou as demandas dos fazendários e apresentou as questões mais urgentes, que precisam ser resolvidas pela Sefaz. Na lista, as ações judiciais já transitadas em julgado e ainda não cumpridas pelo governo, como a questão do Imposto de Renda sobre as

férias e a CET, as condições de trabalho, a carência de ferramentas tecnológicas para agilizar a fiscalização, as dificuldades vividas pelo segmento técnico administrativo, a disponibilidade sindical dos auditores dirigentes do Sindicato, entre outros pontos.



Audiência marca retomada das conversações após quase um ano interrompidas

FINANÇAS DO ESTADO

O secretário fez uma explanação sobre as dificuldades de caixa do Estado, relatou que como já se alcançou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) há limitações de atendimento de alguns pleitos que vêm sendo apresentados pela entidade, mas que há boa vontade por parte do governo e da Sefaz em debater as pautas dos fazendários. Citou as questões judiciais, que segundo ele devem ser resolvidas, uma vez que não cabem mais questionamentos. Ele considerou justos os pleitos do segmento técnico administrativo. No debate sobre o tema o Sindicato propôs envolver a Secretaria de Administração para, o mais rapidamente possível, encontrarmos algum caminho que amenize a defasagem salarial do segmento técnico administrativo.

FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

Manoel Vitório informou que um grupo está trabalhando em uma ferramenta para a fiscalização, que atenderá às necessidades de todos os segmentos da Sefaz. Alertado sobre as especificidades de alguns setores, como, por exemplo, o Simples Nacional, ele convidou Wadja Barboza, que é lotada na Infaz Varejo, para participar da discussão sobre o sistema com os técnicos responsáveis.

POSTOS FISCAIS

No que diz respeito aos postos fiscais, que o Sindsefaz vem cobrando melhorias e criticando o sucateamento, o secretário informou que há um cronograma de reformas em andamento. Informou que o Benito Gama (Conquista) será reinaugurado nos próximos dias e o Bahia-Goiás, segundo informação da empresa responsável pela obra, será entregue até 31 de julho.

Foi lembrado que o PF de Bendegó, que garantia a fiscalização na fronteira com Ibó (Pernambuco), foi desativado há dois anos, deixando um importante corredor de mercadorias livre para entrada de produtos no estado sem nota fiscal, com queixas de comerciantes e prefeitos da região de Euclides da Cunha com a concorrência desleal de contumazes sonegadores. O secretário demonstrou não ter informação sobre esta questão e ficou de verificar, afirmando

ser interesse do Gabinete garantir que todas as fronteiras do Estado estejam assistidas pela fiscalização rigorosa, pois, segundo suas próprias palavras, em momentos como o atual não se pode abrir mão de qualquer centavo na arrecadação.

CONCURSO

O Sindicato tocou no assunto do concurso público, uma vez que muitos colegas estão com tempo vencido para a aposentadoria, lembrando que foi previsto pelo Cope (Conselho de Políticas de Recursos Humanos) a abertura de vagas apenas para Auditor Fiscal. O Sindsefaz lembrou que o último concurso para Agente de Tributos foi em 1986, portanto há 30 anos. O Sindicato ressaltou que caso não sejam concursados novos ATEs, em um prazo curto a paridade salarial entre ativos e aposentados estará comprometida, uma vez que não teremos parâmetros na ativa como referencial. O secretário ficou de verificar junto ao Cope a possibilidade de rever a indicação para o concurso, uma vez que ele tem percebido um grande número de pedidos de aposentadorias na Secretaria, desfalcando o quadro da Secretaria.

DISPONIBILIDADE SINDICAL

O Sindicato cobrou do secretário a resolução do problema da disponibilidade sindical dos dois colegas auditores que são diretores do Sindicato, que continuam sem a liberação, lembrando que não cabe à Sefaz decidir sobre questões que dizem respeito à esfera sindical, considerando inexplicável a negativa das liberações dos dirigentes do Sindsefaz, que é o representante legal da categoria, reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Manoel Vitório ficou de verificar a questão junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE) e responder à entidade.

Diante das várias demandas apresentadas e como são questões a serem resolvidas em instâncias diferentes (Gabinete, Saeb, Tecnologia etc) o Sindsefaz vai monitorar o encaminhamento das mesmas. Como o próprio secretário fez questão de frisar, de que é preciso continuar conversando, a entidade estará em contato permanente, visando encontrar as soluções para os pontos apresentados.

Saem primeiros pagamentos da Ação do Redutor Salarial

Um grupo formado por 20 fazendários recebeu no mês de junho passado os alvarás para levantamento dos valores decorrentes dos precatórios da ação do Redutor Salarial, referentes ao acordo com desconto firmado com o governo e o Tribunal de Justiça da Bahia.

Estes são os primeiros colegas a receberem de volta o que foi suprimido pela malvadeza do ex-governador Paulo Souto, que em 1995 impôs o Redutor Salarial, de forma arbitrária, ilegal e injusta, contra os fazendários. Após mais de duas décadas, efetivamente estamos vendo a justiça ser feita contra um dos maiores absurdos cometidos por um governador contra os funcionários da Fazenda.

Esta é uma vitória simbólica para os fazendários, porque mostra que não há injustiça que perdure indefinidamente, mesmo que sua correção demore. Mostra a importância de ter um sindicato diligente na defesa dos interesses da categoria e atento para desmontar, uma após outra, as postergações do governo na justiça. E, por fim, é uma lição, mesmo que incompleta, para maus políticos, que no exercício do cargo governamental, se acham com o poder de desrespeitar leis e regras.

Falamos incompleta, porque na opinião do Sindsefaz, além de obrigar o Estado a pagar o Redutor aos fazendários, a justiça deveria punir o gestor, no caso o ex-governador Paulo Souto (DEM), pela sua injustiça e

irresponsabilidade, ao tratar a coisa pública como se fosse pessoal e privada, exposta a toda sorte de decisões individuais e arbitrárias. Que fique a lição.

É importante, também, neste momento, reconhecer o papel das diretorias que passaram pela entidade desde 1995, em especial no setor jurídico, bem como de nosso corpo de advogados, que com competência buscaram os resultados junto ao Judiciário.

NOVOS PRECATÓRIOS

Neste ano, novos precatórios serão incluídos pelo Tribunal de Justiça no acordo. O Sindsefaz tem conversado com o Núcleo responsável pela área no TJ-BA para incluir o máximo de nomes de fazendários na próxima lista de pagamentos, que deve sair até o final de 2016.

Por isso, é importante que quem ainda não entregou toda a documentação para inscrever seu precatório compareça ao Sindsefaz ou entre em contato com urgência com o departamento jurídico.

Listamos aqui e na página seguinte todos os nomes de colegas da ativa, aposentados e/ou pensionistas que têm alguma pendência. Há colegas aqui que já faleceram e, neste caso, o inventariante deve verificar quais documentos são necessários providenciar e trazer ao Sindicato.

Veja quadro.



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Titular:

Carteira de Identidade, CPF, Laudo Médico (quando portador de doença grave), Procuração e Termo de Acordo (em duas vias);

Inventariante:

Termo de Inventariante, CPF, RG, Comprovante de Residência, dados bancários (banco, agência e conta), Procuração e Termo de Acordo (em duas vias).

- CONFIRA A LISTA DOS NOMES -

ABIGAIL BARBOSA TEIXEIRA
ACIREMA MARIA P. DOS ANJOS
ADHERBAL U. DE VASCONCELOS
ADILTON CELESTINO CONCEICAO
AGNALDO CARVALHO SABACK
AGOSTINHO PAMUEL DE CAMPOS
AGUINALDO DE BRITO PIRES
AIDA ARAUJO PAZELLI
AIDA DRUMMOND
AIDE XAVIER DA SILVA
AIRAN PEREIRA ROCHA
AJURICABA TORRES NEGRAO REIS
ALBERTO JOSÉ BANDEIRA DE MELO
ALBERTO SANTANA
ALCENOR DE OLIVEIRA PAIVA
ALDVAR RAIMUNDO SANTOS MAIA
ALÍPIO VIEIRA SOUZA
ALMIR CELESTINO CONCEIÇÃO
ALOYSIO CESAR DE SOUZA
ÁLVARO GOMES DE CASTRO FILHO
AMELIA DE SOUZA DANTAS
AMELIA FIGUEIREDO GUEDES

AMERICA DE SOUZA MULLEM
AMILTON SOARES ASSIS
ANA LIGIA CERQUEIRA MOREIRA
ANESYO RAYMUNDO G. DE OLIVEIRA
ANGELA RITA LOPES VALENTE
ANGELA TEREZA A. DE OLIVEIRA
ANGELO MARIO DE A. PITOMBO
ANÍBAL ACTEON DE OLIVEIRA
ANITA OLIVEIRA CHAMUSCA
ANTENOR ANTUNES DE OLIVEIRA
ANTONIETA LEAL DE OLIVEIRA
ANTONIO ARAÚJO CARDOSO
ANTONIO CARLOS DE A. GOES
ANTONIO CARLOS DE CASTRO
ANTONIO CASTRO D. PRIMO
ANTONIO CESAR C. MAGALHAES
ANTONIO JOSÉ DA SILVA
ANTONIO MEDEIROS DOS SANTOS
ANTONIO NEVES
ANTONIO PEREIRA DE ANDRADE
ANTONIO SANTOS SOUZA
ANTTENOR DOURADO LIMA

ARGEMIRO NUNES BARBOSA
ARISTEU ALVES DE SOUZA PINTO
ARISTON ALVES DA SILVA
ARISTOVIO F. P. DA FONSECA
ARIVALDO FERREIRA DE CARVALHO
ARLINDO FRANCISCO DE ASSIS
ARLINDO PALASSI FILHO
ARMINDO SILVA RAMOS
ARNALDO BASTOS TINOCO
ARNALDO FRAGA DE ALMEIDA
ARNALDO ROSA DE CARVALHO
ARTHUR ALVES DA SILVA
ARTUR CELESTINO SANTOS
ASTERIO EDUARDO BRITO DANTAS
ASTIR PIRES DA SILVA
AUGUSTO JUVENAL GOMES
AUREA VELANES REGIS
AUREO PACHECO GUERREIRO
AVANY PRATES ROCHA
AYDA CAMPOS MIRANDA
AYDIL CARDOSO SAMPAIO
AYLTON MONTALVAN ESTEVES

AYRTON MARTINS FERREIRA
BENEDITO ANTONIO DA SILVEIRA
BENITO MIRANDA
BENITO MUINOS JUNCAL
BERENICE TEIXEIRA PARAENSE
BRIVALDO DA SILVA NUNES
CARLOS ALBERTO A. DO NASCIMENTO
CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA
CARLOS ALBERTO M. DE SOUZA
CARLOS ALBERTO MONIZ PACHECO
CARLOS AUGUSTO DE SOUZA
CARLOS DA PAIXÃO PINTO
CARLOS DOS SANTOS
CARLOS FABIO CABRAL FERREIRA
CARLOS MELGAÇO FOGUEIRA
CARMEM DA FONSECA NERY
CÁTIA ROSANA DA MOTA FERREIRA
CELESTE MARQUES COSTA E SOUZA
CHARLES BELINE CHAGAS OLIVEIRA
CID JOSÉ DE OLIVEIRA
CLEUZA CLARICE S. M. DA SILVA
CONCEICAO A. V. DE NORONHA

CREMILDA REGIS DE AZEVEDO
 CRYSTIANE SANTOS MENEZES
 DAISY COSTA PINTO BARROS
 DALVA SATURNINO DA SILVA
 DAVID OLIVEIRA PINTO
 DELINDO DAVID DE SOUZA
 DEODATO GOUVEIA DE ASTRE
 DERMEVAL DOS REIS PADILHA
 DIOGENES LIMA
 DIVALDO GUIMARAES BRASILEIRO
 DJALMA FARIA DE OLIVEIRA
 DULCE MARTINS VELOSO
 EDELWEISS GONÇALVES LISBOA
 EDGAR BARROS REIS
 EDJALMA FERREIRA DOS SANTOS
 EDILSON COSTA AZEVEDO
 EDSON GOMES NASCIMENTO
 EDVAL BORGES DA SILVA
 EDVAL CONCEICAO
 EDVALDO DANIEL DE ARAUJO
 EDVALDO NERI DAMASCENO
 ELIETE NOVAIS ALMEIDA
 ELIETE TELES DE JESUS SOUZA
 ELIEZER SALGADO SANTOS
 ELISIO CELESTINO LEAL
 EMANOEL RORIZ SILVA
 EMILIO GURRITE PESSOA
 EMÍLIO MAIA DE SOUZA
 EMY COSTA
 ENOCK BARRETO NERY
 ERASMO DE OLIVEIRA BASTOS
 EROTILDES OLIVEIRA MARTINS
 ESTHER FREITAS
 EUGENIA MARIA B. REIS NABUCO
 EUVALDO DA SILVA FERREIRA
 EVALDA R. DE M. NASCIMENTO
 EVANDRO BORBA
 EVANDRO CORTES PINHEIRO
 EVANDRO DOS SANTOS PEREIRA
 EVARISTO SOARES ANDRADE
 EVERALDO BATISTA DE MACEDO
 FAUSTINO ALMEIDA CUNHA
 FERNANDO BATLOUNI MENDRONI
 FERNANDO BOULHOZA GONZALEZ
 FERNANDO CESAR M. TORRES
 FERNANDO GONÇALVES DE JESUS
 FERNANDO MAGALHAES ARGOLO
 FERNANDO MOTA CARVALHO
 FLORICEA DOS SANTOS LEAL
 FRANCISCA M. DE CARVALHO
 FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA
 FRANCISCO BENJAMIN DE S. MUNIZ
 GENEBALDO SACRAMENTO
 GERALDO SANTOS COSTA
 GERSON DE SOUZA GUERRA
 GERVÁSIO LIMA DE CARVALHO
 GILDASIO PAULINO DOS SANTOS
 GILSON DE ALMEIDA ROSA JUNIOR
 GILSON GILENO DE SA OLIVEIRA
 GILVAN CAMPOS ROCHA
 GILVAN FIGUEIREDO GUEDES
 GLADSTON MACÊDO SILVA
 HAMILTON A. NASCIMENTO FILHO
 HAMILTON BARBOSA
 HAMILTON DE OLIVEIRA DOS REIS
 HAMILTON GOMES
 HEITOR CAMERA MARTINS
 HELIO LIOGI TUZAKI
 HENRIQUE JOSÉ DA C. AZEVEDO
 HERMANO JOSE TAVARES
 HERNANDES BORGES COSTA
 HILDETE CARDOSO FARIAS
 HILDETE G. DOS SANTOS MEDEIROS
 HOMAR MOITINHO DOURADO
 ILMA MORAIS FERREIRA
 IONE FERNANDES RIOS
 IOVANE DE OLIVEIRA GUANAES
 IRENE BRITO DE CARVALHO
 IRENE MARTINS VILAS BOAS
 ISABEL MARQUES D. CAJAZEIRA
 ISRAEL PINTO DA SILVA
 IVO ALVES DE OLIVEIRA
 IZABEL CRISTINA G. PINHEIRO
 IZAIAS LEAL DE ARAUJO
 JACKSON PEREIRA RANGEL
 JACYRA LEITE CAIRES SOUZA

JADER LÚCIO DE LIMA PESSOA
 JAGUARACI SANTA ROSA ANDRADE
 JAIME DUARTE MUNIZ
 JAIME EDUARDO SIMÃO
 JAYME BORGES DA SILVA
 JAYME OLIVEIRA CARVALHO
 JOANA ANGELICA CARDOSO LOPES
 JOÃO ALMEIDA FONSECA
 JOÃO ALVES SÃO PEDRO
 JOÃO BATISTA CORREIA
 JOAO BATISTA GONCALVES
 JOÃO CÂMERA MARTINS
 JOAO CAMPODONIO ELOY
 JOAO COSTA NASCIMENTO
 JOÃO DA COSTA BARRETO
 JOAO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
 JOÃO DE OLIVEIRA PEIXOTO
 JOAO DO NASCIMENTO DIAS
 JOÃO EUSTÁQUIO BARRETO
 JOÃO FARIAS PIRES
 JOAO MARCOS N. PIRES FERREIRA
 JOAO MELO DOS SANTOS FILHO
 JOAO RIBEIRO FILHO
 JOAQUIM AMANCIO DE CARVALHO
 JOAQUIM CELESTINO DA SILVA
 JOAQUIM PIRES DE ALMEIDA
 JOÁS MUNIZ DUARTE
 JOELSON ROCHA SANTANA
 JOILSON JOAO L. DE MAGALHAES
 JONALVO GUERRA DOS SANTOS
 JORGE AUGUSTO MENDONCA
 JORGE MUQUI FREIRE
 JORGE RAIMUNDO DE S. NASCIMENTO
 JORGE SILVA SOUZA
 JOSAPHAT CARLOS BORGES
 JOSE ADELIA AMORIM BOTELHO
 JOSE AGNALDO DOS SANTOS SILVA
 JOSÉ AGOSTINHO DE MENEZES
 JOSE ANTONIO BRITO CORDEIRO
 JOSE ANTONIO DA SILVA
 JOSÉ BERNARDO G. ARAÚJO
 JOSE BIZERRA LIMA IRMAO
 JOSÉ CARDOSO PIMENTA
 JOSE CARLOS ALMEIDA DE ABREU
 JOSE CARLOS DE O. FERREIRA
 JOSE CICERO DE FARIAS BRAGA
 JOSÉ DA COSTA DIAS
 JOSÉ DE CARVALHO REIS
 JOSE DE CASTRO DIAS
 JOSE DE LIMA
 JOSE EXPEDITO DOS SANTOS
 JOSÉ FERNANDES VIEIRA JÚNIOR
 JOSE FERNANDO BASTOS
 JOSE FRANCISCO BORGES
 JOSE FRANCISCO DE A. CAVALCANTE
 JOSÉ GONÇALVES
 JOSE LOURENÇO DA SILVA FILHO
 JOSÉ MANOEL VILA NOVA
 JOSE MARIA BARBOSA
 JOSE OLIMPIO GOMES
 JOSÉ PEREIRA CORDEIRO FILHO
 JOSE PEREIRA REIS
 JOSE PROCOPIO DE SOUZA
 JOSÉ RAIMUNDO TEIXEIRA
 JOSÉ RODRIGUES PALLOS
 JOSE ROQUE COVA MARTINS
 JOSÉ TEIXEIRA FILHO
 JOSÉ TUDES NOVATO
 JOSE VIEIRA SANTOS
 JOSE WALTER DE S. ANDRADE
 JOSELI CHAVES PEREIRA
 JOSIAS JOAQUIM OLIVEIRA NETO
 JUDITH RIBEIRO ALMEIDA
 JULINDA LIMA DE MARQUES
 JULIO FERREIRA DE MOURA
 JULIO M. RODRIGUEZ FILHO
 JUVENAL SILVA
 LANDULFO DE ALVES SOUZA
 LAURO DOS SANTOS NUNES
 LENY SAMPAIO MAZZONI
 LIGIA XAVIER VASCONCELOS
 LINDINALVA MARIA DE O. SANTOS
 LINDOLPHO S. P. MEDEIROS
 LINETE PIRES NOVAES
 LOURDES LEMOS SANTOS
 LOURIVAL SILVA DOURADO
 LUCIA MARIA BRITO PINTO

LUIS CARLOS BRITO REIS NABUCO
 LUIS TAVARES DA SILVA FILHO
 LUIZ CARDOSO OLIVEIRA
 LUIZ CLAUDIO V. DE ANDRADE
 LUIZ HENRIQUE LEMOS DANTAS
 LUIZ LEITE BIAO
 LUIZ MANOEL CORREA
 LUIZ ROBERTO SANTOS FERREIRA
 LUIZ ROBERTO SENA DE OLIVEIRA
 LUIZ RODRIGUES SILVA
 LUIZ SÉRGIO BARBOSA FILHO
 LYDIA AMORIM DANTAS
 MABEL MOURA MARTINS
 MANOEL ANDRADE FARIAS
 MANOEL BARBOSA CASTRO
 MANOEL JOSÉ DE BRITO
 MANOEL MACÊDO COSTA
 MARCILIO JOSE A. DOS SANTOS
 MARCO ANTONIO C. FERREIRA
 MARCO ANTONIO M. DE ABREU
 MARCO ANTONIO P. CARMO
 MARCOS ERÂNIO M. DE MACEDO
 MARCOS VINICIUS B. DE BARROS
 MARGARIDA SILVA RUAS
 MARIA AMÁLIA PEREIRA
 MARIA ANGELICA DO E. S. GONÇALVES
 MARIA ASCENÇÃO L. B. ALENCAR
 MARIA AUGUSTA OLIVEIRA
 MARIA BERNADETTE DE B. REGEBE
 MARIA CARLOTA C. DA CUNHA
 MARIA CELESTE DE A. MOURA
 MARIA CELIA FERREIRA VAZ
 MARIA CELIA RICCIO FRANCO
 MARIA CRISTINA A. C. SANTOS
 MARIA DAS DORES M. AGRA
 MARIA DAS GRACAS L. FERREIRA
 MARIA DE LOURDES COSTA
 MARIA EUGÊNIA A. ANDRADE
 MARIA HELENA XAVIER DA COSTA
 MARIA INEZ AGUIAR VIEIRA
 MARIA ISABEL MENDES SEABRA
 MARIA JOSE MIRANDA
 MARIA LUCIA MELO SOUZA
 MARIA NAZARENO L. GOMES
 MARIA OLIMPIA DE S. ALMEIDA
 MARIA SPINOLA ARGÔLO
 MARIO GOMES DA ROCHA
 MARIO JOSÉ DOS SANTOS
 MARIO PASSOS NAVARRO
 MARIVALDO PEREIRA DA SILVA
 MARIZE M. DA SILVA GONCALVES
 MAZINETE VASCONCELOS LEMOS
 MILSON XAVIER PEIXOTO
 MILTON RABELO DE ALMEIDA
 MILTON VENTURA ESTEVES
 MIRIAN CLEA SOUZA DE OLIVEIRA
 MIRIAN MARQUES DE MIRANDA
 MOACIR ANDRADE
 MÔNICA BASTOS DE CARVALHO
 NADIA NAVARRO JONES
 NAZILDA MARIA SILVA M SANTOS
 NELIA LIMA PELETEIRO
 NELSON DANTAS DE SOUZA
 NELSON GOMES ALMEIDA
 NÉLSON JOSÉ DE OLIVEIRA
 NEUZA AMORIM FERNANDES
 NEWTON JOAZEIRO
 NICONINI RIZZO
 NILDA BARRETO DE SANTANA
 NILSON ALVES MONTEIRO
 NORMANDO BISPO CARDOSO
 NOURIVAL LEITE NEVES
 ODILON PALLES KELLER
 ODONEL VILAS BOAS
 OLGA MARIA COSTA RABELLO
 ONOFRE VITOR DA PAZ
 ORLANDINO FRANCISCO LEITE
 OSCAR SERAFIM DA SILVA
 OSMAR JOSÉ J. BARBOSA
 OSMARINA MENDES GARCIA
 OSVALDO ANDRADE DE MENEZES
 OSVALDO GALVÃO PINTO
 OTALINDA ALENCAR SILVA
 OTÁVIO BISPO
 OTAVIO CARMO JUNIOR
 OTAVIO LEAL CARDOSO
 PACIFICO RIBEIRO SILVA

PAULO ROBERTO GARCIA MOTA
 PEDRO AMARAL SILVA
 PEDRO LAÉRCIO NAZARE
 RAIMUNDO DANTAS LIMA
 RAIMUNDO DIAS RIBEIRO
 RAIMUNDO E. DE SOUZA
 RAIMUNDO LEMOS DE MORAES
 RAIMUNDO M. BACELAR
 RAIMUNDO N. P. DE SOUZA
 RAIMUNDO N. SACRAMENTO
 RAMAIANA A. DE AMORIM
 RAMON LEITE SILVA
 RANULFO ALVES CORREIA FILHO
 RAYMUNDO LUSTOSA LOUZEIRO
 RAYMUNDO NONATO SOARES
 RAYMUNDO PASSOS DOS SANTOS
 RAYMUNDO SOUZA SOARES
 REGINA GOMES PASSOS
 REGINA HELENA B. DE MENDONÇA
 RENATO DO A. M. BARRETO
 RENATO GARCIA DE ALMEIDA
 RENATO MUYLAERT WANDERLEY
 REYNALDO PEREIRA BARBOSA
 RICARDO DE CARVALHO REGO
 RISALDO MEIRELES DE SOUZA
 RITA DE CÁSSIA C. AZEVEDO
 ROBERTO FREITAS BARRETO
 ROBERTO VICENTE MARUBAYASHI
 ROMILDO DE LIMA MIRANDA
 ROQUE ANTUNES SANTOS
 ROQUE RAYMUNDO ROCHA
 RUBEM DE G. E VASCONCELOS
 RUIALVA GALVAO DE CARVALHO
 RUY JOSE DOS SANTOS
 SALVADOR DA CRUZ GUIMARAES
 SANDRA ROSA PEREIRA CRUZ
 SANDRA ROSA PEREIRA CRUZ
 SANDRA URANIA SILVA ANDRADE
 SEBASTIAO ARAUJO LOPES
 SERGIO MARCOS DE A. CARVALHO
 SILVANDIRA AMARAL RAMOS
 SILVIO SANTOS TOSTA
 SIVERINO SILVA FILHO
 SONIA MARIA MAIA BASTOS
 STELA ASSIS ALVES
 SUZY MIRANDA VALOIS
 SYLENE MUNIZ MORAES
 TANIA CRISTINA DE S. BARRETO
 TEOFILO AMANCIO DOS S. FILHO
 THEMISTOCLES JOSÉ SILVA
 THEODOMIRO R. DE QUEIROZ
 TITO LIVIO NOGUEIRA SOARES
 TOLSTOI SEARA NOLASCO
 ULISSES PRADO NOGUEIRA
 UMBELINO ROBERTO PEREIRA
 VALDENI CUNHA NOVAES
 VALDENI FLORES SOUTO PORTO
 VALDIR ALVES OLIVEIRA
 VALDOMIRO JOSÉ RODRIGUES
 VIRDÁLIO DE SENNA
 VIRGILIO PORTO FILHO
 VIRGINIA MARIA Z. KERCKHOF
 VIVALDO DO S. DE SOUZA
 WALBER SENA OLIVEIRA
 WALDETE COVA
 WALFRIDO BRASIL DE MENEZES
 WALFRIDO ODON MEDRADO
 WALTER DE CARVALHO PIMENTEL
 WALTER DE FIGUEIRÊDO
 WALTER FREITAS MOREIRA
 WALTER P. DO NASCIMENTO
 WALTER VIROLI MAUADIE
 WANDA TEREZINHA CARIA
 WANDERLINO LOPES SILVA
 WASHINGTON WILSON V. BAHIA
 WELLINGTON ANTONIO DE SOUZA
 WILDE RABELO DIAS FILHO
 WILMA REBELLO MATTOS
 WILSON DIAS COELHO CARVALHO
 WILSON FIGUEIREDO DE SOUZA
 WILSON JORGE BRITO DO PRADO
 WILSON NOGUEIRA SANTOS
 WILSON ROBERTO S. SAMPAIO
 WILSON SANTOS LIMA
 WILSON SILVA CASTRO
 WILSON VENÂNCIO DE QUADROS
 ZENILDO ALBUQUERQUE MAIA



Diretor de Organização fala sobre a



Em entrevista ao Jornal do Sindsefaz, o diretor de Organização da entidade, Cláudio Meirelles, comenta a tarefa de dirigir uma entidade sindical após ter sido gestor da Sefaz por seis anos. Fala da política tributária, da relação com a Secretaria e dos desafios do Sindicato e da categoria para o próximo período.

Cláudio assumiu a Diretoria de Organização em janeiro/2016

Você assumiu a direção do Sindicato em um momento de dificuldades, com o governo impondo reajuste zero e se negando a negociar a pauta dos fazendários. Mas parece que agora as coisas estão evoluindo para reabertura das conversas. As dificuldades foram superadas?

A gestão do Sindicato é colegiada, o que quer dizer que as decisões são tomadas coletivamente, após análise e debate por parte de toda a diretoria. É uma forma completamente diferente da Sefaz, onde a estrutura é hierárquica, e as decisões são tomadas pelas chefias. Essa é uma experiência nova para mim, mas muito enriquecedora, tanto do ponto de vista profissional, como pessoal. Uma organização plural como o Sindsefaz e ao mesmo tempo coesa na defesa da categoria é um exercício inovador para qualquer profissional. Alie-se a isso o protagonismo político sindical que abarca os interesses do fazendário de modo mais amplo na sociedade. Acredito que após essa primeira reunião com o secretário da Fazenda, as conversas tendem a seguir de forma madura e estável. Sabemos da dificuldade por que o estado passa, mas o sindicato tem propostas que, se aceitas, acreditamos, trarão mais eficácia à administração tributária, financeira governamental e ao controle interno.

Até 2013 você foi gestor da Sefaz. Três anos depois se tornou o principal dirigente do Sindicato. Você acha que é uma contradição exercer as duas funções em tão pouco tempo?

Não, creio que essa experiência como gestor é de utilidade aqui no Sindicato, principalmente na diretoria que ocupo, que é a de Organização. O Sindsefaz está finalizando o seu planejamento estratégico e pretende readequar seus processos organizacionais e aprimorar os sistemas informatizados que ora dispõe. É uma proposição da atual diretoria formar os atuais delegados sindicais a exercitar de modo mais abrangente a representação sindical. Não entendo que o Sindsefaz tenha interesses conflitantes com a administração da Sefaz. Nem por isso a entidade é parceira do governo. O Sindicato tem interesses próprios, não é aliado, nem adversário da administração. Não tem vinculação partidária, mas tem, sim uma posição político-sindical em defesa do trabalhador e, em especial

do fazendário. A atual diretoria adotou como lema o binômio mobilização e negociação. Enquanto for possível avançar no contato com a administração, e assegurar benefícios à categoria, o Sindicato assim procederá.

É verdade que entre 2007 e 2012 a Sefaz perdeu R\$ 6 bilhões em arrecadação. De onde vem este número?

Como parece que virou costume de algumas instituições e “penas de aluguel”, opiniões variam de acordo com conveniências nem sempre muito claras. Elucubrações são tidas como assertivas. Não há nenhum estudo sobre essa suposta perda. O que há são meros juízos de valor, desacompanhados de uma análise metodologicamente mais séria.

O Sindicato tem criticado a política tributária da Sefaz. Onde estão os erros?

O Sindicato já apontou um desperdício evidente da Administração Tributária; não se vê um planejamento da fiscalização mais robusto, técnico. O que ocorre é uma regressão a procedimentos de gestão que se considerava vencidos, como o hermetismo das decisões e a resistência a uma gestão mais democrática. Hou-

A Sefaz
Há uma regressão a procedimentos de gestão que se considerava vencidos, como o hermetismo das decisões e a resistência a uma gestão mais democrática.

Sefaz e os desafios dos fazendários

O Sindicato

O Sindsefaz está finalizando o seu planejamento estratégico e pretende readequar seus processos organizacionais e aprimorar os sistemas informatizados que ora dispõe.

ve um esforço colegiado, de quase uma centena de pessoas, conhecido como Redesenho de Processos da SAT, que apontou novos procedimentos, chegando até mesmo a indicar novos processos de gestão. Todo esse esforço foi perdido e o que se vê, para desalento de toda a equipe que participou desse processo, são iniciativas pontuais, descontextualizadas do novo ambiente pensado.

Há gargalos na arrecadação da Bahia que podem ser resolvidos ou a crise nos colocou numa situação-limite?

A Bahia possui uma arrecadação extremamente concentrada e uma baixa performance – é o penúltimo estado em arrecadação de ICMS por habitante em todo o país. Isso ocorreu devido a falta de uma política consistente de desenvolvimento para o Estado. A Bahia não conseguiu adensar sua cadeia produtiva, muito menos tornar sustentável, economicamente, o interior do estado. A crise aguçou essa realidade. O Sindicato acredita que há espaço sim para obter uma arrecadação compatível com a posição do estado.

O desafio

O principal desafio é resistir a esse novo cenário trazido pela mudança política, que apregoa corte de direitos e garantias históricos, para aí e avançar a novas conquistas.

O Sindicato tem repetido que o gabinete da Secretaria esvazia o Trânsito de Mercadorias e o Simples Nacional. Porque você acha que isso vem acontecendo?

Não pensamos que essa é uma atitude deliberada por parte do secretário. Observamos que alguns gestores atuais, por se encontrarem alheios às novas tecnologias e procedimentos, desconhecem o significado de um Trânsito melhor estruturado; de uma Central de Operações que seja voltada ao combate à sonegação e da possibilidade de uma fis-

calização mais detida no Simples Nacional, que autue contribuintes que lá não deveriam permanecer. São nichos de arrecadação que pela falta de atualização desses gestores, a Sefaz deixa de incorporar à arrecadação.

Na Sefaz tem uma outra organização se apresentando como sindicato representativo dos auditores fiscais. Como auditor, como você vê essa divisão dos fazendários?

Eu acredito que a divisão só enfraquece a categoria. E tem-se um exemplo claro disso: a Receita Federal do Brasil. Até 2006, era uma

pretensão da categoria a isonomia com o fisco da Receita. Hoje, percebe-se que a existência de sindicatos antagônicos na Receita impactou negativamente na questão salarial, e constitui agora um objetivo do fisco de lá a isonomia com os estados. O que já mostra a involução. Sindicato é muito mais do que um escritório de advocacia, como alguns querem fazer. Isso considerando que o Sindsefaz, só ele, tem 26% de todos os precatórios do estado. Sindicato é luta política e sindical. É mobilização. E na Fazenda só o Sindsefaz tem essa expertise.

Quais são os principais desafios dos fazendários neste próximo período?

O principal desafio aos fazendários é resistir a esse novo cenário trazido pela mudança política, que apregoa corte de direitos e garantias históricos e, após firmada essa posição, evoluir na obtenção de novos avanços.

Você falou do Planejamento Estratégico da entidade. Como essa ferramenta vai ajudar o Sindicato daqui para a frente?

O Planejamento estratégico alinha toda a organização no atingimento de metas, objetivos, que o sindicato julga como essenciais. Com isso a instituição passa a trabalhar de modo mais efetivo, com lógica e economicidade.

Alguns setores do Sindicato estão promovendo ações não sindicais, como cursos de fotografia e línguas, seminários sobre saúde e qualidade de vida, entre outras iniciativas. A entidade está preparada para este perfil multifacético, popularmente, tem pernas para dar conta de várias ações ao mesmo tempo?

Essas ações não sindicais visam atrair o associado ao convívio com o seu sindicato, que esse seja mais presen-

te, ao tempo em que fornece a ele instrumentos para ampliar seus conhecimentos e buscar uma vida mais prazerosa e saudável.

Esse dado de que a entidade possui 26% dos precatórios inscritos no TJ-BA demonstra a grande eficiência do jurídico hoje. O Sindicato pode transplantar este grau de sucesso para seus outros setores?

Não temos indicadores para os outros setores. Mas o objetivo é termos um sindicato que consiga conquistas em todos os setores. Por isso o Planejamento estratégico, por isso o investimento que temos feito em tecnologia, condições de trabalho e capacitação dos funcionários e dirigentes. Evidente que mensurar tais resultados não é fácil e nem objetivo, pois a natureza do trabalho de cada setor é diferente e envolve vários fatores. Porém, vamos sempre perseguir uma eficiência maior que permita avançarmos em todas as diretorias.



Experiência em gestão será colocada a serviço da entidade

Sindicato e Okey Dokey fazem parceria para cursos de Inglês e Espanhol

O Sindicato firmou uma parceria com a escola de idiomas Okey Dokey, permitindo aos fazendários associados e seus dependentes a possibilidade de cursar Inglês e Espanhol em condições bastante vantajosas. As primeiras turmas já estão sendo formadas, para início das aulas já no dia 8 de agosto.

A parceria permitirá aos fazendários um desconto de até 60% nos valores praticados normalmente em cursos semelhantes em Salvador. As turmas terão entre 7 e 12 alunos e o valor da mensalidade será de acordo com o número de pessoas por turma (veja tabela). Ou seja, quanto mais alunos estiverem inscritos, mais baixo é o valor da mensalidade.

Serão formadas turmas das duas línguas, com dois dias de aulas por semana (segundas/quartas e terças/quintas), das 8h às 10h e das 14h às 16h. As turmas serão por idade e nivelamento, podendo a turma ser oferecida conforme definição abaixo (tendo o mínimo de 7 alunos):

- Normal iniciantes – crianças/adolescentes (dependentes)
- Normal adultos – Associado/Colaboradores/Dependentes
- Normal aposentados
- Voltados para Pós-graduação: Mestrado e Doutorado
- Voltados para o mercado de trabalho.

A parceria entre o Sindsefaz e a Okey Dokey prevê ainda a possibilidade de ocorrerem cursos de férias (se houver turma fechada) e o recurso de rever aulas perdidas. Permite também que o fazendário associado do Sindicato possa

escolher uma turma na própria sede da escola, caso os horários na entidade não sejam adequados à sua realidade. Neste caso, o desconto na mensalidade será de 50% do valor normalmente praticado.

Os interessados devem procurar a Secretaria ou a Administração do Sindsefaz, no horário administrativo. Após a formação da turma, o Sindicato entrará em contato individualmente com cada interessado.

Para quem quiser participar ainda neste semestre, devem correr para fazer sua inscrição até 26 de julho. Após a efetivação da inscrição os alunos serão informados do dia em que deverão comparecer para fazerem um teste de nivelamento, para determinar em qual livro (nível) ingressarão. Este teste vai ocorrer no dia 29 de julho, das 09h às 12h e das 14h às 17h, e também em 1º de agosto, das 09h às 12h. São duas provas, uma oral e outra escrita.

TABELA DE PREÇOS

Nº de alunos	Valor por turma	Custo por aluno
07 alunos	R\$ 1.120,00	R\$ 160,00
08 alunos	R\$ 1.200,00	R\$ 150,00
09 alunos	R\$ 1.350,00	R\$ 150,00
10 alunos	R\$ 1.400,00	R\$ 140,00
11 alunos	R\$ 1.500,00	R\$ 136,36
12 alunos	R\$ 1.560,00	R\$ 130,00

*Além da mensalidade o aluno pagará a taxa do material didático: Livro convencional (R\$ 175,00) ou Livro Business (R\$ 220,00).

Começou o curso de fotografia para filiados

No dia 07 de julho teve início o curso de fotografia organizado pelo Sindsefaz para seus associados. Com a presença de 16 pessoas, a primeira aula foi um sucesso na opinião de vários presentes. O curso é ministrado pelos colegas Agentes de Tributos Josemir Nogueira Oliveira e Juray Nascimento de Castro, fotógrafos amadores e amantes da imagem.

O curso de fotografia do Sindsefaz está acontecendo todas as quintas, das 8h30 às 10h. Como a procura superou as expectativas (inicialmente pensou-se em 15 pessoas), uma outra turma já está sendo formada.



Noções de fotografia para uma boa imagem

Abandono do Trânsito e dos PFs reflete falta de visão da fiscalização

Há na Sefaz-BA um debate não declarado sobre a necessidade do Trânsito de Mercadorias. Há quem defenda que Postos Fiscais não devem existir, pois as ferramentas tecnológicas a serviço da fiscalização, a nota fiscal eletrônica, entre outros avanços, esvaziou suas funções. Fruto de um pensamento que vê a ação fiscal apenas como um instrumento fim, com viés punitivo/arrecadatório, esquece o papel preventivo do trabalho dos fiscais.

Atualmente, na Secretaria, simpáticos deste pensamento voltaram às funções de Chefia e, talvez por isso, o Trânsito esteja vivendo sua pior fase, com os postos fiscais abandonados, sem as mínimas condições de trabalho para os fazendários trabalharem e sem ferramentas tecnológicas para a fiscalização. Na verdade, tal posicionamento reflete uma falta de visão do futuro da fiscalização e não visualiza o potencial de arrecadação advindo com a Emenda Constitucional 87/2015 (veja nota ao lado), que está suspensa por liminar do STF, mas que deve ser retomada futuramente.

Na região de Euclides da Cunha, prefeitos reclamam de uma vertiginosa queda nos repasses da parte equivalente do ICMS. Muitos relatam que o comércio de vários municípios foi inundado com mercadorias oriundas de Pernambuco, que estão che-

gando às cidades sem nota fiscal, prejudicando a economia local. A ausência da fiscalização se consolidou após o fechamento do PF de Bendegó, deixando um corredor livre para a ação dos sonegadores. Problema semelhante é vivido nas fronteiras da Bahia com Goiás e Tocantins, com reflexos claros na arrecadação.

Este quadro se agrava com a falta de condições para o exercício do trabalho nos postos fiscais existentes. Exceto o PF Benito Gama, em Vitória da Conquista, recentemente reformado, todos os demais estão em situação crítica. Há postos que não têm sequer banheiro para o fazendário. E na esteira do abandono da estrutura física segue também a falta de equipamentos e ferramentas tecnológicas, além dos cortes feitos em pessoal de apoio, como é o caso das cozinheiras.

Na audiência mantida com o secretário Manoel Vitório, o mesmo declarou que os postos fiscais serão revitalizados, citando como exemplo o Benito Gama e a inauguração do Bahia-Goiás, que está pronto há anos. O Sindicato insiste que essa medida precisa ser efetivada imediatamente, pois o Estado está perdendo receita e desperdiçando o trabalho de excelentes profissionais, capacitados, que hoje estão desestimulados e subaproveitados.

EC 87/2015 exige fortalecimento do Trânsito

A partir de 1º de janeiro de 2016 entrou em vigor (mas foi suspensa posteriormente pelo STF) a Emenda Constitucional 87/2015. Elaborada no âmbito do Confaz, a emenda trouxe como novidade novas regras de pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, estabelecendo a repartição do imposto entre o estado de origem da mercadoria e o de destino.

Até o ano passado, o estado de origem (sede da empresa que vendia a mercadoria) ficava com todo o ICMS. Com a EC, o estado de origem fica com a chamada alíquota interestadual, de 12%, e o restante é dividido. Em 2016, esta parcela a ser dividida ficou 60% na origem e 40% no destino. Em 2017 será 40% e 60%, em 2018 passa a 80% e 20%, até que em 2019 o destino fique com 100% da diferença.

Com isso, aumenta a necessidade da fiscalização de Trânsito pois a Bahia faz divisa com várias outras unidades da federação e é um corredor de tráfego dos caminhões que levam mercadorias a outros estados. Sem a ação fiscal, produtos que deveriam ir para outras unidades federativas poderão ser internalizados no estado, com prejuízos na arrecadação.

Em um momento em que a Bahia sofre com a queda nas suas receitas, preparar a estrutura da Sefaz-BA para arrecadar com eficiência deveria ser uma prioridade absoluta da gestão.



Condições de trabalho nos postos fiscais chegam a ser desumanas

PLP 257 representa um desmonte do serviço público no Brasil

Antes de ser apeada do governo por um golpe midiático-jurídico-parlamentar, a presidenta Dilma cumpriu um acordo feito com as entidades sindicais e retirou a urgência do Projeto de Lei Complementar 257 (PLP 257), para debater a matéria com mais profundidade. No dia 12 de julho, o governo golpista de Michel Temer passou o rolo compressor sobre a oposição na Câmara e aprovou a urgência para votação da matéria. Uma semana antes, o plenário havia rejeitado tal pedido.

O Projeto, que tem como principal objetivo o refinanciamento da dívida dos estados e do Distrito Federal, é um claro instrumento de desmonte do serviço público no Brasil. O texto prevê alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal que aprofundam as restrições em relação aos servidores da União, dos estados, do DF e municípios, e impõe uma série de exigências fiscais aos estados.

A contrapartida ao refinanciamento das dívidas é, entre outras coisas, a adoção, por um prazo mínimo de dois anos, do corte de 10% das despesas mensais com cargos de livre provimento, não concessão de aumento de remuneração dos servidores e suspensão de contratação de pessoal.

Exige também a instituição do regime de previdência complementar, elevação das contribuições previdenciárias dos servidores para até 14% do salário ao regime próprio de previdência social, reforma do regime jurídico dos servidores ativos, inativos, civis e militares para limitar os benefícios, progressões e vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União e limite máximo para acréscimo da despesa orçamentária não financeira a 80% do crescimento nominal da receita corrente líquida do exercício anterior.

Ademais, o PLP impõe aos estados que entreguem suas participações em estatais estaduais, para que sejam privatizadas/vendidas pela União. Ou seja, empresas como Embasa podem ser vendidas, como outra aconteceu com a Coelba e o Baneb.

Limite de despesa

Para cumprir o limite máximo para acréscimo da despesa orçamentária não financeira a 80% do crescimento nomi-

nal da receita corrente líquida do exercício anterior, foi estabelecido um roteiro com três estágios.



O primeiro estágio, mais brando, prevê:

- 1) Vedação da criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras, que implique aumento de despesa;
- 2) Suspensão da admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento, aquelas que não impliquem em aumento de gastos e as temporárias para atender ao interesse público;
- 3) Vedação de concessão de aumentos de remuneração de servidores acima do índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA;
- 4) Não concessão de aumento real para as despesas de custeio, exceto despesa obrigatória, e discricionárias em geral;
- 5) Redução em pelo menos 10% das despesas com cargos de livre provimento.

O segundo estágio, mais radical, entrará em vigor caso as restrições do primeiro estágio não sejam suficientes para manter o gasto público primário abaixo do limite estipulado. E prevê:

- 1) Vedação de aumentos nominais de remuneração dos servidores públicos, ressalvado o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal (revisão geral anual);
- 2) Vedação da ampliação de despesa com subsídio ou subvenção em relação ao valor empenhado no ano anterior, exceto se a ampliação for decorrente de operações já contratadas;
- 3) Não concessão de aumento nominal para as despesas de custeio, exceto despe-

sas obrigatórias, e discricionárias em geral;

- 4) Nova redução de pelo menos 10% das despesas com cargos de livre provimento.

Já o terceiro estágio, se os dois estágios anteriores não tiverem sido suficientes para adequar o gasto público, implantar-se-ia a terra arrasada. Veja:

- 1) Suspensão da política de aumento real do salário mínimo, cujo reajuste ficaria limitado à reposição da inflação;
- 2) Redução em até 30% dos gastos com servidores públicos decorrentes de parcelas indenizatórias e vantagens de natureza transitória;
- 3) Implementação de programas de desligamento voluntário e licença incentivada de servidores e empregados, que representem redução de despesa.

O PLP propõe ainda computar como despesa de pessoal os valores de contratação de terceirização de mão-de-obra e também os repassados para organizações da sociedade civil para contratação de pessoal para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ou seja, por meio de convênios, termos de parceria e outras formas. Com isso, o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal fica ainda mais baixo, reduzindo as chances de qualquer reajuste salarial até 2019, pelo menos. Some-se a esta medida o fato desse limite, que hoje é de 95% da despesa com pessoal, ser reduzindo, pelo projeto, a 90%.

O que o PLP 257 traz é parecido ao pacote instituído nos anos 90 do século passado pelo governo FHC. A julgar pela forma como o governo golpista aprovou a urgência da matéria, desconsiderando os apelos de deputados de sua própria base, o que se depreende é que o capital financeiro quer aproveitar a chance única que surgiu com a saída de Dilma para empurrar goela abaixo, rapidamente, o desmonte do serviço público. Restará aos servidores a resistência. Observe-se, na Bahia, já temos perdas que ultrapassam 20% em três anos e meio. Considere então que ficaríamos, caso seja aprovado o PLP, sem reajuste em 2017 e 2018. A matéria deve ser votada em agosto como prioridade, tão logo acabe o recesso parlamentar na Câmara.

Vamos ter que resistir.

Nota da dívida da Bahia reflete diferentes políticas em três décadas

A divulgação de que a Bahia possui a terceira melhor nota entre todos os estados do país quando se trata da administração da dívida pública reflete a adoção de diferentes políticas pelos governos que se passaram nas últimas três décadas. O Estado sempre teve um baixo endividamento e isso é resultado do cuidado tomado por várias administrações fazendárias que se sucederam.

O governo Rui Costa está se favorecendo, portanto, de um longo período de gestão da dívida do Estado, mesmo contribuindo também para isso, apesar que em menor escala. O corte de despesas de custeio e da máquina é uma das medidas. Lamentavelmente, completa sua “contribuição” empurrando a outra parte da conta para o funcionalismo, com uma política de não recomposição dos salários, seja com reajustes abaixo da inflação (2015) ou com o congelamento salarial (2016), o que elevou as perdas dos servidores a um patamar superior a 20% nos últimos três anos e meio.

Nos governos de ACM, Paulo Souto e César Borges, entre 1991 e 2002, este ajuste da dívida foi feito com a privatização de empresas estatais, como a Coelba e o Baneb, a desativação ou redução do papel de empresas públicas que prestavam papel social, como a Bahiafarma, além de um forte arrocho salarial. Os fazendários, por exemplo, foram vítimas destas medidas, com decisões como o Redutor Salarial, de 1995, que hoje a justiça está reconhecendo e alguns servidores estão sendo ressarcidos ou uma política de penduricalhos nos salários, que tornava a remuneração de um aposentado apenas 55% do que receberia se estivesse na ativa.

CONTROLE SEM MALVADEZA

Durante o governo Wagner, essa administração da dívida foi mais responsável, porém com diferenças importantes, pois não penalizou os servidores. Durante a gestão do ex-secretário Carlos Martins, foi mantido um dispêndio anual de até R\$ 1,6 bilhão (meta alcançada com muita negociação) com os serviços e a amortização dos débitos com a União, além de um abatimento no principal na ordem de US\$ 300 milhões. Só que isso foi feito juntamente com a maior internalização de

receita da história do Estado, com grandes negociações e resultados financeiros expressivos, sem vender patrimônio público, sem aumentar a carga tributária, promovendo investimentos e garantindo a recuperação de grande parte das perdas do funcionalismo, através de acordos salariais entre os anos de 2008 e 2012.

DÍVIDA DA BAHIA (em bilhões)		
	TOTAL	(DCL/RCL)*
DEZ/2002	12.156.157	1,82%
DEZ/2006	11.616.486	1,02%
DEZ/2010	9.057.007	0,52%
DEZ/2014	10.331.578	0,40%
DEZ/2015	16.171.209	0,59%

*Relação Dívida Corrente Líquida/Receita Corrente Líquida

Dois exemplos de internalização de receitas, sem perda de patrimônio e sem redução de investimentos, foram a negociação com o Banco do Brasil para assumir as contas do funcionalismo, que gerou R\$ 1,2 bilhão em receita e as operações de crédito como o Procofins I e II, que também gerou US\$ 1 bilhão. O resultado de toda essa política é que entre 2007 e 2011 a relação Dívida Corrente Líquida/Receita Corrente Líquida caiu de 1,02 (31/12/2006) para 0,46 (31/12/2011).

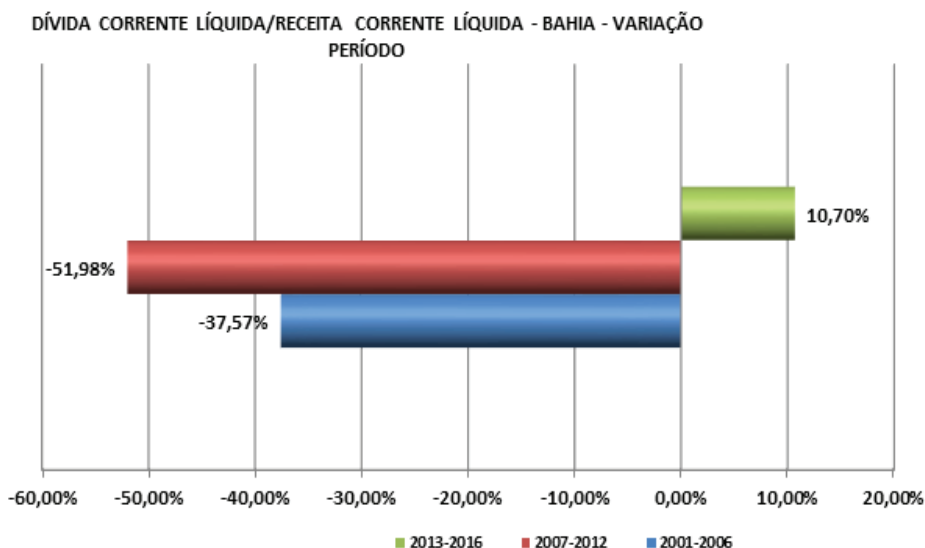
Infelizmente, ou por conta da crise econômica ou por um afrouxamento da gestão da dívida, este número tenha voltado a subir, após 2012, até alcançar 0,59 em fins de 2015. Para se ter uma ideia, a variação da relação Dívida Corrente Líqui-

da/Receita Corrente Líquida foi positiva em 10,70% entre 2013-2015, revertendo a tendência de queda observada nos 12 anos anteriores, quando houve queda de 37,57% entre 2001-2006 e de 51,98% entre 2007-2012.

BENEFÍCIOS E ARRECADAÇÃO

Estudos e projeções que temos feito no Sindsefaz mostram que a situação poderia estar melhor, caso a gestão tributária fosse mais eficiente. Há uma política de benefícios fiscais, sendo que parte deles não geram resultados efetivos para a Bahia, beneficiando setores com baixo impacto econômico e pouca geração de empregos. O Estado abre mão de receita que poderia reduzir ainda mais a dívida – ou garantir novos investimentos – sem a devida contrapartida no mercado de trabalho. E pior, sem acompanhamento e/ou fiscalização por parte da Sefaz.

Nesta mesma direção, faltam ações de combate à sonegação de impostos na entrada de mercadorias na Bahia, oriundas de outros estados. Temos sérios problemas na fiscalização em locais importantes, como os limites com parte de Pernambuco e com Goiás e Tocantins, uma vez que a presença da Secretaria da Fazenda está prejudicada pela ausência de postos fiscais de divisa, nestas regiões. Há potencial de arrecadação de mais de R\$ 1 bilhão por ano apenas com a melhoria da fiscalização e o Sindicato tem propostas e ideias neste sentido para debater com o governo.



XVII Conafisco acontece em Belém, em novembro



Acontece em Belém (PA), de 27 de novembro a 1º de dezembro, o XVII Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital (XVII Conafisco). Realizado a cada três anos, o evento é uma promoção da Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), em parceria com o Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará – Sindifisco-PA, terá como tema “Sonegação Fiscal é crime, quem paga a conta é você”.

A programação contará com palestras, apresentação dos trabalhos selecionados no 7º Concurso de Monografias da Fenafisco, além de atividades de integração e confraternização, como a VII Noite de Talentos e o VII Torneio Desportivo do Fisco. Além da programação lúdica e dos debates, o Conafisco elegerá a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da Fena-

fisco, aprovará as diretrizes para elaboração do plano de ação política da entidade, a organização, mobilização e desenvolvimento sindical do fisco estadual, dentre outros fins.

Além dos delegados que participam do evento com poder de voto e que são escolhidos pelos respectivos sindicatos que compõem a Federação, qualquer membro dos fiscos estaduais pode participar, efetuando sua pré-inscrição no hotsite do evento (www.conafisco.org.br), que já está funcionando. As vagas são limitadas e distribuídas entre as entidades. Portanto, a confirmação da inscrição do fazendário (e seu acompanhante, caso deseje) será homologada pelo Sindsefaz, respeitando o número disponibilizado a Bahia.

Sindicato realiza em agosto 1º encontro de qualidade de vida

Visando ampliar o conagraçamento entre os nossos aposentados/pensionistas com os fazendários que estão na ativa e ampliar o debate sobre saúde e bem estar em nossa categoria, o Sindsefaz promove nos dias 18 e 19 de agosto o 1º Encontro de Qualidade de Vida. O evento ocorrerá no Real Classic Bahia Hotel (Pituba).

A programação do encontro prevê uma palestra com o terapeuta, antropólogo e psicólogo Roberto Crema, autor de vários livros, entre os quais “Saúde e Plenitude – Um Caminho para o Ser” e “Análise Transacional Centrada na Pessoa... e Mais Além”. Ele vai falar sobre “Qualidade e o Sentido da Vida”.

A outra convidada do evento é a escritora, psiquiatra e sexóloga Gilda Fucs, autora dos livros “Por Que o Sexo é Bom?” e “Homem, Mulher – Encontros e Desencontros”. Na sua palestra, ela falará sobre “Sexo na Infância, na Adolescência, na idade Adulta e na Velhice”.

O encontro ainda reservou horários para atividades individuais (Reflexologia, Reiki, Massoterapia, Auriculoterapia etc) e atividades em grupo (Dança do Ventre, Yoga, Tai Chi Chuan e Zumba).

Os interessados devem entrar em contato com a Diretoria de Aposentados/Pensionistas, Diretoria de Saúde no Trabalho do Sindsefaz ou com a Secretaria da entidade.



EXPEDIENTE

Uma publicação do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia – Sindsefaz, **editado sob a responsabilidade da Diretoria Executiva:** Cláudio Meirelles Mattos, Ubirajara Ribeiro Lima, Marlúcia Paixão, Joaquim Amaral Filho, Davi Marcos Costa e Silva, Edmilson de Souza Blohem, Marco Aurélio Alves de Souza, Gilvânia Maria Viana Martins e Marilícia de Albuquerque Santos. **Jornalista Responsável:** Moacyr Neves - (MTB 1736 DRT-BA). **Editoração:** Ana Paula Galindo. **Impressão:** P&H Pré Impressão LTDA. Tiragem 3.500 mil exemplares. Fechamento: 20/07/2016.